

ESTRATÉGIAS METODOLÓGICAS UTILIZADAS POR DOCENTES DA EDUCAÇÃO INFANTIL DA REDE PÚBLICA DE JAGUARIBARA/CEARÁ PARA A INCLUSÃO E APRENDIZAGEM DAS CRIANÇAS COM TEA EM SALA DE AULA.

Mariana de Lima Dantas¹

Jéssica Girlaine Guimarães Leal²

RESUMO

A inclusão escolar é uma temática que está cada vez mais em destaque nos campos de estudos, por ser um assunto de grande relevância para a sociedade, e pelo fato do número crescente de crianças com deficiências em sala de aula, principalmente com Transtorno do Espectro Autista, em que nos debates reforçam a importância da formação continuada e do uso de estratégias que ocasionam a inclusão destas em sala de aula. O presente trabalho justifica-se pela experiência da autora enquanto docente da educação infantil, que vivencia diariamente o trabalho e os desafios de inclusão de crianças autistas em sala de aula. Diante disto, esta pesquisa enfatiza sobre as estratégias e metodologias utilizadas por docentes da educação infantil para a inclusão e aprendizagem de crianças com TEA em sala de aula. O artigo tem como objetivo discutir as vivências das professoras do município de Jaguaribara/Ceará, que atendem as crianças da educação infantil com idade entre 4 e 5 anos, dentre elas crianças com TEA, por conseguinte responder os seguintes questionamentos: o que está sendo feito para que se alcance a inclusão escolar? As políticas públicas têm dado os suportes profissionais e recursos pedagógicos aos docentes para estimular e promover a inclusão escolar? Quais estratégias os docentes estão utilizando para que seus alunos se desenvolvam na aprendizagem?. Esse estudo é de cunho qualitativo, exploratório e de campo, em que utilizamos o instrumento da entrevista semiestruturada para obtenção de informações e exploração sobre o assunto em questão. Utilizamos como subsídio teórico autores como: Fumegalli (2012); Santos (2008); Strieder (2012); Faria e Borba (2024), que nos baseiam sobre as características de autismo, conceitos de inclusão, da importância acolher, adaptar e se pensar nas estratégias para aprendizagem das crianças com autismo, assim como também, destacam a relevância de formação para os docentes para se trabalhar com este público em sala de aula. As questões problemáticas foram respondidas durante os resultados e discussões, em que durante as falas das professoras foi possível refletir sobre elas. Concluímos o artigo com a certeza de haver contribuições significativas para a formação docente e prática em sala de aula com crianças.

Palavras-chave: Educação. Inclusão. TEA. Estratégias. Metodologias.

1 INTRODUÇÃO

Ao pensarmos em educação nos dias atuais notamos as constantes mudanças, inovações, novas perspectivas e desafios envolvidos, por a educação e suas nuances serem um tema sempre debatido, bem como a formação de docentes estarem em pauta o mercado de trabalho vem requerendo a oferta de melhor qualidade de ensino, conseqüentemente faz-se necessário profissionais qualificados e que estejam em constante formação continuada.

Diante disto, um dos desafios da educação vem sendo o grande número de crianças com

¹ Graduada em Pedagogia pela Universidade do Estado do Rio Grande do Norte/UERN. Pós graduada em Psicopedagogia Institucional e Clínica/FUTURA. Professora da Rede Municipal de Educação Básica do Município de Jaguaribara/Ceará. Email: mariana.l.dantas@hotmail.com.

² Professora do Magistério Superior da Universidade Federal Rural do Semi-Árido. Doutoranda em Ciências da Linguagem pela Universidade Católica do Pernambuco - UNICAP. Jessica.leal@ufersa.edu.br

deficiências em sala de aula regular, principalmente crianças com Transtorno do Espectro do Autismo, o que exige dos professores conhecimento, metodologias, estratégias, recursos para promover a aprendizagem das crianças. Com todas as mudanças que estão ocorrendo no sistema educacional, a inclusão e a garantia de oferta de educação de qualidade vem sendo destaque na legislação, no entanto, há lacuna entre a lei e a prática.

A educação inclusiva vem sendo cenário na atualidade, de maneiras variadas, em formas de políticas, leis e práticas. A legislação vem sendo uma ferramenta de grande importância para promover a inclusão de pessoas com autismo, porém, para que essas leis tenham impacto, é necessário compromisso, implementação, prática, recursos e toda sensibilização, e assim, de fato haver a inclusão. No Brasil, por exemplo, temos várias legislações que tangenciam sobre a educação inclusiva para os alunos com deficiências, como a Constituição Federal (88), a Lei de Diretrizes e Bases da Educação (Lei nº 9.394/96), a Política Nacional de Educação Especial na Perspectiva da Educação Inclusiva (2008), Lei nº 12.764/2012- Lei Berenice Piana, o Estatuto da Criança e do Adolescente (Lei nº 8.069), ambas garantem o acesso e permanência de crianças com deficiências nas escolas, prioridades nas matrículas em ensino regular, oferta de equipamentos e profissionais capacitados para atendimento, mas que dependem do poder público o incentivo, recursos e direcionamento para que se efetivem.

Em suma, notamos que desde as grades curriculares ofertadas nas Universidades há carência do contato das disciplinas com políticas públicas voltadas a educação inclusiva, em até mesmo seus estágios supervisionados não havendo aproximação da teoria com a realidade, distanciando ainda mais a lei da prática, como também o direcionamento ao conhecimento para que o profissional da educação esteja seguro em sala de aula com crianças com deficiências, especialmente com TEA, por ser um transtorno que está cada vez mais frequente em sala de aula e que exige de estratégias e metodologias para suprirem suas necessidades educacionais.

Como a graduação não se faz suficiente para o conhecimento e para a prática dos docentes, é necessário que a formação continuada seja ofertada pelo sistema educacional ou procurada por interesse próprio e pessoal, é de suma importância que o conhecimento seja atualizado constantemente, pois muitas são as mudanças que a educação sofre, corroborando ao que discute Fumegalli (2012, p.40), que a formação continuada deve ser objetivo de todo professor, por ter que acompanhar as evoluções, se tornando interessante para o aluno, para rever sua prática, estratégias aplicadas, e melhorar cada vez mais para atender as necessidades dos alunos.

A formação inicial necessita visivelmente de reformulação em sua grade curricular, que possa contemplar elementos que sejam capazes de elevar o conhecimento do professor, que seja condizente com a realidade da prática.

O artigo justifica-se pela vivência da autora em sala de aula com alunos com deficiências, que no cotidiano observamos os constantes desafios dos professores para trazerem a qualidade de educação para crianças com deficiências, em busca de que aconteça a inclusão e o pleno desenvolvimento.

Deste modo, o artigo tem como objetivo, discutirmos as vivências de professoras no município de Jaguaribara- Ceará na etapa da Educação Infantil, e as estratégias que utilizam diariamente com seus alunos autistas, para promover a inclusão significativa, e ainda a fim de responder às seguintes questões: o que está sendo feito para que se alcance a inclusão escolar? As políticas públicas têm dado os suportes profissionais e recursos pedagógicos aos docentes para estimular e promover a inclusão escolar? Quais estratégias os docentes estão utilizando para que seus alunos se desenvolvam na aprendizagem? Muitos são os questionamentos que voltamos para refletir e ocasionar as discussões sobre a questão da inclusão, principalmente para que fique claro que não se deve haver somente cobrança para os docentes, mas para toda a sociedade.

Sendo assim, esta pesquisa será de cunho qualitativo, exploratório e de campo. Para

realização da pesquisa realizamos uma entrevista com duas professoras da educação infantil no município de Jaguaribara- Ceará, a respeito das estratégias utilizadas com alunos com Transtorno do Espectro Autista, para que seja refletido e analisadas suas práticas.

O presente estudo está estruturado da seguinte forma: Primeiramente, discutiremos sobre o Transtorno do Espectro Autista, suas características e suas políticas públicas, em seguida debateremos sobre as realidades das escolas públicas a respeito da inclusão de alunos com Transtorno do Espectro Autista. Na sequência mostraremos a metodologia da pesquisa. Por fim, apresentaremos as considerações finais da pesquisa realizada.

2 TRANSTORNO DO ESPECTRO AUTISTA: CARACTERÍSTICAS E SUAS POLÍTICAS

O Transtorno do Espectro Autista desde os anos 40, era diagnóstico não conhecido e pouco discutido, sendo por muitas vezes denominado de esquizofrenia infantil, mas que de acordo com Vargas (2011) nos anos de 1943 o pesquisador Kanner apresentou um grupo de crianças que demonstravam características de isolamento social, falha na linguagem e um comportamento repetitivo, e que a partir desses estudos levantou hipóteses para denominar de Transtorno Autista, e desde então houveram pesquisas, diferentes nomenclaturas e aumento de diagnósticos de autismo. O termo autismo é de origem grega, que significa “si mesmo”, estado que o indivíduo vive para si mesmo, está em condição e imerso em si próprio, e chamado de espectro porque atende a vários sintomas e gravidades, variando de indivíduo para indivíduo.

De acordo com Oliveira e Sertié (2017) o Transtorno do Espectro Autista (TEA) é uma limitação neurológica, sua causa ainda é desconhecida, afeta o processo de comunicação e socialização, seu diagnóstico é feito a partir dos sinais observados e que pertencem as características do autismo. Além de apresentar diferentes sintomas, o transtorno está dividido em três níveis de suporte, variando a intensidade dos sinais em cada um.

De acordo com Faria e Borba (2024), o primeiro nível de suporte, denominado de “autismo leve”, é mais difícil de se perceber os sinais, pois os indivíduos costumam se adaptar de maneira mais fácil no dia a dia, seus comportamentos menos atípicos, costumam fixar em objetos e padrão de repetição de movimentos, resistem a trocas de olhares e interação social ocasionando a falha na comunicação.

O segundo nível de suporte denominado de “autismo moderado”, ainda de acordo com Faria e Borba (2024) os seus sinais são mais perceptíveis e necessitam de suporte para realização de atividades diárias, como comer, tomar banho, trocar de roupa, terapias, além de ser notório para o seu diagnóstico o atraso na fala, na comunicação, socialização, seus comportamentos repetitivos e atípicos, diferentemente do primeiro nível, este requer maior atenção, pois pode haver dependência de apoio para toda vida.

Por fim, o terceiro nível de suporte, conhecido como “autismo severo”, necessita de maior apoio constante para realização das atividades diárias. Ainda de acordo com Faria e Borba (2024) os indivíduos podem ser não verbais ou apresentarem dificuldade na comunicação, comportamentos de isolamento social, fixação intensa por objetos, não há autonomia, apresentam em alguns casos agressividade contra si ou com outras pessoas, sendo assim, o terceiro nível o que apresenta maior comprometimento no desenvolvimento.

Segundo Coelho e Santo (2006) os sintomas do Transtorno do Espectro Autista podem surgir entre os 4 e os 8 meses de idade, apresentando-se como atraso no desenvolvimento da motricidade e da fala. O autismo se apresenta em diferentes características, podendo serem ou não perceptíveis, estas se destacam como dificuldades nas relações interpessoais, linguagem verbal e não verbal, falha na coordenação motora, movimentos repetidos e estereotipados,

pouco contato visual, resistência a mudanças de ambientes, outros ainda apresentam casos de regressão em aprendizagens.

Dentre as características citadas, a relação interpessoal é uma das que preocupa ao docente, por ser uma das mais difíceis em se conquistar, por não haver comunicação e interação, o que dificulta no processo de construção de compreensão, de manter a proximidade e construir vínculos, de até mesmo de aproximar o aluno aos trabalhos realizados em sala de aula. A partir disto, a preocupação constante em se ter formação suficiente para se pensar em estratégias e metodologias que sejam suficientes para atender as necessidades educacionais dos alunos, para que consiga haver a comunicação e o desenvolvimento na aprendizagem.

Portanto, o Transtorno do Espectro Autista ainda é pouco conhecido, mas com gozando de direitos previstos em leis. Estes avanços na legislação são fruto de lutas de pais, familiares e sociedade, pelos direitos da pessoa com deficiência, de uma garantia de sistema educacional inclusivo, com direitos a equipamentos que sejam acessíveis para os autistas, para que tenham qualidade de educação e de vida na sociedade.

A Constituição Federal 1988 é a lei suprema do Brasil, que serve de parâmetro para as demais leis normativas, sendo esta a mais importante para organização e funcionamento do país. Em seu art. 205 estabelece que todos têm o direito à educação, e que esta educação deve ser promovida e incentivada pela sociedade, além de ressaltar que este deve visar o pleno desenvolvimento da pessoa, o preparo para a cidadania, bem como a qualificação para o mercado de trabalho. Já em seu art. 208- III, declara que o Estado deve ofertar o atendimento educacional especializado, o que exige mudanças nas escolas, na sua estrutura para que aconteça a igualdade de condições e permanência dos alunos na escola.

O Estatuto da Criança e do Adolescente, Lei nº 8.069/1990 em seu art. 55 enfatiza que o dever não se faz somente direcionado ao poder público, como também aos pais, em matricular seus filhos na rede regular de ensino. O que deixa claro que a responsabilidade da inclusão das crianças na escola não é somente do Estado e da escola, mas também da família, pois ambos os lados devem estar presentes na vida das crianças, para que aconteça o sucesso escolar. Deixando claro que os pais têm o poder de defesa e proteção de seus filhos, de lutarem pelo direito de uma qualidade de educação e de vida de seus filhos.

Concomitante, a Declaração de Salamanca de 1994 traz a educação inclusiva como a possibilidade de “educação para todos”, para reforçar que alunos com deficiência devem permanecer em sala de aula, e que se faz preciso mudar as políticas e práticas escolares para que o aluno se sinta incluído.

Em 1994 ainda, é publicada a Política Nacional de Educação Especial, orientando que aconteça a integração, que se tenha acesso às classes comuns do ensino regular, por se terem a capacidade de acompanhar o ritmo dos demais, dito como normais.

No ano de 1996, a Lei de Diretrizes e Bases Nacional- Lei nº 9.394/96, no seu artigo 59, preconiza que os sistemas de ensino devem assegurar aos alunos currículos, métodos, recursos e organização específicos que atendam as necessidades. Portanto, nas escolas devemos encontrar materiais adaptados, professores capacitados, atendimentos individualizados, auxiliares, além de oportunidades para participação das atividades. A legislação ainda destaca a educação especial como uma modalidade de ensino que deve ser ofertada preferencialmente na rede regular de ensino, abrangendo alunos com deficiências, transtornos globais do desenvolvimento e altas habilidades ou superdotação.

A Convenção sobre os Direitos das Pessoas com Deficiência (2006), orienta ainda, a inclusão de alunos com deficiência, transtornos globais do desenvolvimento e altas habilidades/superdotação. Concomitante, a Política Nacional de Educação Especial na Perspectiva Inclusiva (2008) reafirma o direito de todos frequentarem o sistema regular de ensino.

Corroborando, a Lei nº 12.764/2012- Lei Berenice Piana, estabelece a Política Nacional

de Proteção dos direitos da Pessoa com Transtorno do Espectro Autista, que garante o acesso de sistema educacional inclusivo, seja em qualquer nível de ensino, além de garantir atendimento por profissionais capacitados a fim de desenvolver atividades de inclusão, além de prever que o indivíduo com TEA, caso comprovada a necessidade de apoio nas atividades, tenha direito a um acompanhante que a instituição de ensino deva ofertar este acompanhante.

Ainda em 2020, o governo sancionou a Lei nº 13.977, que prevê que os estabelecimentos sejam públicos ou privados, utilizem o símbolo do “quebra- cabeça” para haver identificação dos indivíduos com autismo, para que logo se tenha a prioridade nos atendimentos. Além disso, criando a carteira de identificação da pessoa TEA, que de acordo com o art. 3º-A, essa carteira de identificação da pessoa com TEA visa garantir a atenção integral, para prioridade no atendimento e acesso aos serviços, sejam públicos ou privados, nas áreas da Saúde, Educação e Assistência Social.

Logo, as políticas públicas estão em constante avanços, no entanto muitos são os empecilhos para que se tenha a efetividade dessas políticas públicas, por motivos de recursos financeiros e preparação das escolas e profissionais para receberem os alunos com as diversas características, pois o que temos notado é o pouco conhecimento sobre a condição de deficiência. De acordo com Santos (2008, p.9) as pessoas apresentam diante das atitudes e de suas falas a escassez de informação a respeito desse transtorno, pois quando a escola recebe um aluno com esse diagnóstico, que apresentam comportamentos atípicos, logo confundem com crianças sem limites. Por essa falta de conhecimento sobre o TEA, é perceptível a carência de profissionais preparados para receber esses alunos.

No entanto, não podemos apontar somente para os docentes, pois estes deveriam desde suas formações iniciais receberem a informação sobre o assunto, como dito acima, desde as universidades os profissionais não recebem informações suficientes para atender essas constantes mudanças em sala de aula. Tendo em vista que é de suma importância que o docente esteja em constante formação continuada para atender esses novos desafios. E ainda, pelo fato da escola ser um papel importante para muitas investigações, de novos diagnósticos, que por muitas vezes os sinais passem despercebidos em casa.

2.1 ESCOLAS E A INCLUSÃO DE ALUNOS DIAGNOSTICADOS COM TRANSTORNO DO ESPECTRO AUTISTA

Ao se pensar em inclusão escolar, é preciso entender o que de fato é a inclusão e o que é necessário para que aconteça de forma efetiva. Acontece que o conceito de inclusão é ainda confundido na prática com o de segregação e integração, por muitos anos o conceito de inclusão ainda não era difundido na vivência da sociedade, então é primeiramente preciso deixar claro que a inclusão é diferente de segregação e integração. Por muitos anos, as crianças com deficiência ficavam em instituições específicas, distantes das demais crianças tidas como “normais”, pois eram vistas como incapazes de acompanhar o ensino das demais.

De acordo com as autoras Reis e Santos (2015) às crianças com deficiências eram somente atendidas com intuito de terapias referentes às necessidades específicas da deficiência, por profissionais como psicólogos, fonoaudiólogos, fisioterapeutas, não sendo estimuladas no cognitivo, para aprendizagem escolar, portanto, sendo segregadas. Ou seja, a segregação se refere-se a separação entre os sujeitos da sociedade, ficando nítido o tratamento diferente, vistos como incapazes, havendo divisões forçadas para o atendimento educacional.

A partir dos anos 60, esse modelo de atendimento aos deficientes foi discutido, e criticado, de acordo com Mendes (2006, p.388) esta forma de ensino no conceito de segregação seria prejudicial para as crianças, e o que poderia ser ofertado para potencializar a

aprendizagem, era fazer com que participassem de ambientes desafiadores, tivessem oportunidades, e viverem em ambientes tidos como normais para promover aprendizagem significativa e ambientes sociais facilitadores, pois crianças sem deficiências poderiam contribuir ensinando-os a aceitar as diferenças, promovendo a aceitação das potencialidades e limitações.

Desde então, a segregação passou a perder força, dando espaço para o conceito da integração, que faz com que aconteça proximidade entre os deficientes e os tidos como normais, assim, a integração é o processo que há a inserção das crianças no ensino regular, porém, em salas diferentes, mas que há adaptações para que os indivíduos acompanhem o processo de ensino. Esta forma de aproximação ainda não foi o suficiente, pois houveram também críticas diante da sua prática. De acordo com Mendes (2006, p. 390) desde o início da conquista pela integração, houve restrição referente ao conceito de normalização, em que se deveria evitar colocar qualquer aluno no ensino comum regular.

É perceptível a luta que foi para que acontecesse a inclusão destes alunos em sala de aula regular, pois o conceito de normalização virou alvo de críticas, por ter se tornado algo excludente, o que deveria ser o contrário, então esta política começou a desencadear o respeito pela diversidade, para que houvesse a resposta que atendesse a necessidade educacional de todos, e foi a partir daí que o conceito de inclusão surgiu.

A inclusão vem surgir pelos anos 80, respaldando que todos têm o direito à educação e a participação na escola com oportunidades de aprendizagem, e que para isto, a escola deve se adaptar às necessidades, respeitando toda diversidade. Portanto, o conceito de inclusão se dá com o processo que envolve a todos, com ambiente de igualdade e participação, em que todos os envolvidos são beneficiados, ela veio para flexibilizar a educação, a fim de ser uma resposta para educação de qualidade e por o fim na exclusão educacional, visando que todos, independentemente de suas características vivam experiências significativas.

Segundo Strieder (2012, p.84) a inclusão é abranger, acolher, cuidar, ajudar. A proposta da inclusão requer lidar com as diferenças, reconhecer que as diferenças existem, e seguindo, precisamos estar dispostos a aceitar, afirmar e valorizar as diferenças.

Sendo assim, discutimos sobre a inclusão de alunos com TEA nas escolas, pois é um processo contínuo que exige esforço por parte dos professores, gestores, famílias e toda sociedade. Apesar de haver legislações a realidade das escolas divergem, seja em capacitação de professores, recursos insuficientes, preconceitos, desinformações, adaptação curricular. Uma escola inclusiva deve planejar um sistema de educação flexível, que responda a diversidade das características dos alunos, permitindo que toda criança tenha sucesso no processo educativo. Paralelo a isto, a autora Mantoan (1998) acredita que a inclusão exige mudanças nas escolas, de novos posicionamentos, que o ensino e os professores se modernizem para alcançar a qualidade no ensino e aconteça a reestruturação das condições atuais em sala de aula. Apesar de ser lei, garantir uma educação flexível ainda não é totalmente difundida nas escolas.

A escola tem o dever de atender ao público inclusivo, adaptar seu ambiente, favorecer a locomoção, disponibilizar materiais, suporte específicos, visando a aprendizagem do educando, dentro e fora de sala de aula, fazendo com que promova a interação com os demais alunos. Segundo a autora Paula (2007) o ingresso da criança na escola, seja educação infantil ou fundamental é de suma importância para todos os seus aspectos físicos, sociais, psicológicos e emocionais, uma etapa que servirá de base para toda a vida.

É na escola que se desenvolvem as relações interpessoais e aprendem a conviverem uns com os outros, respeitando as diferenças, principalmente as crianças com TEA, que apresentam grande dificuldade nas relações. Além disso, a escola deve buscar parcerias com profissionais especializados, para que possam ofertar suporte aos professores, seja desde as capacitações dos profissionais, como também para promover o envolvimento da família com a escola.

Por conseguinte, acreditamos que o professor é o principal responsável para garantir a inclusão, pois ele é quem pode permitir que o ambiente escolar seja acolhedor para a criança, buscar estratégias, adaptar suas práticas para envolver todos, construindo materiais e pensando em comunicações alternativas quando preciso, mas que para isso é preciso o apoio de todos.

Ainda neste sentido, de acordo com a Declaração de Salamanca (1994, apud Sanches & Teodoro, 2006. p. 69), nas escolas inclusivas os alunos devem aprender juntos, com suas dificuldades e diferenças, e que ainda devem conhecer e satisfazer as diversidades dos seus alunos, adaptando-se aos ritmos de aprendizagem, mas que garantam um bom nível de educação para todos, através de currículos adequados, estratégias pedagógicas, recursos diversos. De acordo com Aguiar e Nunes (2024) o ensino e aprendizagem caminham juntos, então cabe ao mediador apoiar seus alunos, motivá-los diante das atividades, e deste modo desenvolverem suas potencialidades e habilidades.

De fato, a inclusão nas escolas não acontece de forma isolada, sem apoio, mas com a inserção de recursos, estratégias, conhecimento do assunto, e que deve ser sempre visto as necessidades individuais para que aprendam juntos e se tenham a garantia de uma boa educação, pois segundo Rodrigues (2003) e Silva (2009) inclusão não é somente a presença física, mas uma prática entre a escola e a criança, é o pertencimento, sentir-se que é responsável por ele. Devemos compreender que incluir é muito mais que receber o aluno na escola, e sim acompanhar o seu desenvolvimento e ter a certeza que está absorvendo os conhecimentos e contribuindo para o seu crescimento. Corroborando a estes autores citados, Mantoan (1998) também defende que o sucesso da inclusão parte dos processos significativos desses alunos, por meio dos ajustes das práticas pedagógicas.

Assim, é notório que a inclusão nas escolas está cada vez mais com desafios, principalmente para os profissionais que devem atender às necessidades dos seus diferentes alunos, pois as abordagens adequadas de ensino muito podem contribuir para o desenvolvimento das crianças, focando nos potenciais dos alunos, transmitindo confiança e segurança, trabalhando as particularidades de cada um para o desempenho significativo, tornando-os independentes, capazes de se desenvolver no dia a dia, porque de acordo com Camargo e Bosa (2009, p. 67), para que se tenha a saída dos problemas sociais é preciso possibilitar progresso de experiências, que permitam o desenvolvimento de conhecimento, entusiasmo e comportamentos.

Através desses levantamentos, vê-se o quanto é necessário conhecer as experiências de professores com alunos que tenham TEA para que de fato haja reflexão entre a teoria e a prática, e fique evidente o que se é preciso para ocasionar mudanças nas estratégias, práticas pedagógicas para acontecer a inclusão escolar.

3 METODOLOGIA

Esta pesquisa é cunho qualitativo, exploratório e de campo. Segundo Minayo (2010, p. 57) a pesquisa qualitativa é capaz de utilizar situações, fenômenos, opiniões, interpretações, o que faz propiciar novas abordagens, revisões, e novos conceitos durante a investigação. Por isso, a pesquisa será qualitativa, por não se basear em números nos permitindo o aprofundamento e interpretação de dados do meio social, havendo compreensão diante a realidade do cotidiano. A pesquisa será qualitativa buscando a compreensão das estratégias e metodologias utilizadas pelas professoras, para atender a crianças com autismo em sala de aula, permitindo aprofundar nas possibilidades de inclusão na escola.

Ainda sobre a pesquisa qualitativa, Gil (1999) afirma que é considerado uma dinâmica entre o mundo real e o sujeito, ou seja, vivências observadas e analisadas, a fim de se obter conclusões, compreensões a respeito de diferentes temas. Realizaremos a pesquisa também

baseada na exploratória, que ainda de acordo com o autor, este tipo visa familiarizar-se com o problema, torná-lo explícito ou vir a construir hipóteses, ainda mais que envolve levantamento bibliográfico, entrevistas com pessoas que têm envolvimento na prática com o assunto pesquisado. O levantamento bibliográfico envolve os conceitos e teorias de pesquisas relevantes para o trabalho.

A pesquisa exploratória cada vez mais sendo utilizada em trabalhos científicos, para investigar assuntos educacionais. de acordo com Losch, Rambo, e Ferreira (2023) este tipo de investigação busca respostas, e dedica-se a compreender os acontecimentos da educação, que o propósito é envolver os sujeitos na investigação, havendo momento de reflexão, análise e de conhecimento.

Além da pesquisa exploratória, adentramos na pesquisa de campo, que segundo Gil (2008) é uma forma de aprofundamento de uma realidade específica, que acontece através de observações direta das atividades do grupo que está sendo estudado, a fim de captar mais informações que acontecem naquela realidade.

Para obter as informações é necessário o uso de instrumento de pesquisa, sendo assim, utilizamos a entrevista, que de acordo com Gil (2008), através da entrevista pode-se ter maiores vantagens, pelo fato do entrevistador poder adaptar suas perguntas diante das circunstâncias, esclarecê-las e podendo ainda captar expressões verbais e não verbais do entrevistado.

Será, portanto, uma entrevista do tipo semiestruturada, que segundo Minayo (2009) às questões para esta entrevista já são formuladas, estruturadas por tipo de assunto, permitindo reflexão e posicionamento da pessoa entrevistada, e caso necessário há possibilidade de novos questionamentos durante o diálogo. Este tipo permite uma visão ampla das opiniões, sendo a recomendada para os estudos exploratórios, proporcionando maior proximidade com o assunto pesquisado para se construir hipóteses.

A pesquisa foi realizada no Município de Jaguaribara/Ceará, que fica localizado no Vale Jaguaribe, a 250 km da capital Fortaleza, sendo a primeira cidade planejada do Estado do Ceará. A pesquisa foi realizada neste Município pelo fato da aproximação da autora com a realidade da escola que trabalha. A escolha das duas professoras para serem entrevistadas se deu pelo motivo de ambas terem em sala de aula crianças com autismo, e por terem tempo de experiências diferentes, o que nos leva a realizar mais reflexões diante do assunto da pesquisa.

Desta forma, realizamos a entrevista com duas professoras, com formação em pedagogia, ambas sem especialização, com idades entre 30 a 40 anos, atuantes na Educação Infantil do nível pré- escolar com alunos com idades entre 4 a 5 anos de uma escola pública do município de Jaguaribara /Ceará, que em sala de aula vivenciam experiências com 18 crianças em sala de aula, entre elas 2 diagnosticados com autismo, a fim de compreender as estratégias e desafios que vivenciam diariamente na prática.

4 RESULTADOS E DISCUSSÕES

A escola é um ambiente de suma importância para o desenvolvimento das pessoas, e também não seria diferente em relação à contribuição para pesquisas, mostrando realidades a serem discutidas e conhecidas. Desta forma neste tópico, trouxemos as discussões da entrevista realizada com as professoras da Educação Infantil do Município de Jaguaribara/CE, com questões sequenciadas direcionadas à temática deste artigo. Apresentaremos a seguir o quadro de detalhamento pessoal e profissional de ambas, neste trabalho serão utilizados pseudônimos para preservar a imagem das professoras, o qual foram indagadas pelas seguintes questões: **Pode nos dizer qual é a sua formação acadêmica e cursos que você tenha sobre o autismo? Quanto tempo de experiência você já possui em sala de aula?**

Quadro 1- Apresentação dos pseudônimos das docentes, formação acadêmica, o tempo de atuação e tempo de experiência:

Professora 1	Formação Acadêmica	Tempo de atuação	Tempo de experiência com crianças autistas
Florisbela	Formada em Pedagogia Sem especialização e cursos de formação continuada na área do autismo.	25 anos	5 anos
Doralice	Formada em Pedagogia Sem especialização e cursos de formação continuada na área do autismo.	6 meses	6 meses

Fonte: Elaborado pela autora (2024).

A partir desta primeira pergunta, já notamos um quadro de deficiência quanto a formação acadêmica, ambas graduadas, no entanto sem especialização e sem cursos que orientem na atuação com crianças autistas, tendo em vista que diariamente convivem com alunos autistas em sala de aula, sendo necessário no mínimo o conhecimento para o sucesso da aprendizagem e interação dessas crianças.

Uma das carências das escolas é a formação continuada, pois como já citado por Fumegalli (2012) a formação continuada é essencial para todo professor, porque são constantes as mudanças em sala de aula, sendo preciso atender as necessidades dos alunos, e cada vez mais melhorar sua prática e estratégias de ensino.

Diante disto, vemos ainda a diferença entre tempos de atuação entre as professoras, que apesar de haver discrepância de experiência elas mantém a formação acadêmica semelhante, o que no caso chama atenção, por haver tempo de exercício distintos esperava-se ao menos um currículo com no mínimo especialização, e assusta ao ver que não possuem nenhuma formação continuada, pois enquanto profissionais faz-se necessário a formação continuada para fortalecer a prática em sala de aula diante todas as mudanças que vem ocorrendo constantemente, além disso cabe cobrar do poder público e da gestão da escola cursos para aperfeiçoamento docente, porque o conhecimento permite fazer diferencial na vida do alunado.

Ainda de acordo com o mesmo autor, Fumegalli (2012), a inserção destes alunos não acontece de repente, mas através de conquistas diárias, de estudo e dedicação, pois muitos professores estão tendo que rever procedimentos antigos para se prepararem para o novo, então mesmo que o tempo de experiência seja considerável, ainda há muito que se conhecer para adotar estratégias e haver a educação de qualidade.

Destacamos ainda o quanto se faz preciso que as universidades fortaleçam a grade curricular com disciplinas específicas sobre tipos de deficiências, para que os graduandos conheçam características, direitos e formas metodológicas de ensinar a este público, como também terem momentos práticos para que haja aproximação com a teoria e desta forma os licenciandos possam ter mais confiança ao entrar em sala de aula, pois a tendência do número de alunos com deficiência só aumenta a cada dia que passa, e além disso, deixar com que o incentivo aos docentes aconteça, e fiquem cientes de que a formação continuada é necessária para sua prática, pois de acordo com Paulo Freire (1997) a aspiração por parte dos professores

em exercício de sua profissão passa a ser base para muito sucesso.

Dando continuidade à entrevista, em busca de conhecer a realidade das professoras, questionamos da seguinte forma: **Diante desses anos de experiência em sala, sempre houveram crianças com autismo em suas turmas?** As docentes responderam:

“Há muito tempo atrás eu não tive nenhum aluno com este tipo de diagnóstico ou comportamento que demonstrasse ser, aliás, não haviam comentários sobre o autismo, não conhecia as características, se havia aluno com autismo não sabíamos que era, avaliava somente o comportamento, porque não era comum para nós ouvir falar sobre isso, então só mais nos tempos atuais que passamos a ter mais a visão sobre o que é, e também a já receber crianças com seus diagnósticos fechados, todo ano estou recebendo crianças diagnosticadas e outras que apresentam sinais.” (FLORISBELA, 2024- Trecho da entrevista)

“Como estou em sala de aula recentemente, eu sim tenho crianças com autismo, e acredito que irá permanecer frequente de ter, pois a cada tempo que passa o número de crianças assim só aumentam.” (DORALICE, 2024- Trecho da entrevista)

Ambas as educadoras possuem relatos de experiências diferentes, por haverem tempos de atuação distintos, o que favorece a reflexão de que a cada tempo que se passa as mudanças acontecem, enquanto para a professora **Florisbela** o autismo era distante da realidade, agora tanto para ela quanto para **Doralice** passa a ser comum, então cabe a nós enquanto profissionais acompanhar o ritmo, para contribuir numa educação de qualidade para todos, pois de acordo com o autor Mantoan (1988) as grandes inovações estão por vezes no óbvio, do simples, do que é possível fazer, mas que precisa ser desvelado, para que possa ser compreendido e aceito. Ou seja, para que aconteça o ensino com qualidade exige mudanças de todo o corpo da escola, das práticas docentes, precisa de conhecimento e assim torna-se motivo para que os professores aperfeiçoem cada vez mais as suas práticas.

Vale ainda destacar a fala da educadora **Florisbela**, quando diz “[...] *todo ano estou recebendo crianças diagnosticadas e outras que apresentam sinais.*” Ou seja, há crianças que que apresentam características atípicas, transparecendo sinais de deficiência, mas que não são observadas e aceitas pelos pais, dificultando que haja a identificação e diagnóstico do autismo, e isso é bastante comum, assim como cita o autor Santos (2008), que há pais que vivem na fase da negação, da dúvida e insegurança, e desta fase é difícil saírem, e assim acaba por não ser dita como autista, o que faz com que o trabalho do professor seja ainda mais minucioso, procurando atender e conhecer melhor o seu aluno.

Para que aconteça uma aprendizagem significativa é preciso que o professor pense em estratégias que atendam seus alunos, sendo receptivos à novas ideias, a participação, fazendo com que o conteúdo seja absorvido e que passe confiança aos educandos, assim como já dito anteriormente pela Declaração de Salamanca (1994 apud Sanches & Teodoro, 2006) que devem aprender juntos, mesmo diante das dificuldades e diferenças, e o educador deve adaptar-se e satisfazer as diversidades dos seus aprendizes. Deste modo, as estratégias devem estar voltadas para as necessidades dos alunos.

Ainda neste sentido, procuramos conhecer as estratégias que as educadoras utilizam para trabalhar com as crianças em sala de aula, relatando suas experiências quanto às atividades realizadas e de como buscou a inclusão destes alunos, com o seguinte questionamento: **Diante de suas experiências, você buscou estratégias e metodologias para trabalhar com crianças autistas? Pode nos compartilhar alguma experiência de estratégia que se fez necessário ser realizada para incluir seus alunos com autismo em sala de aula?**

“Sim, constantemente procuro inserir meu aluno autista nas atividades, no momento diagnosticado tenho um, mas acredito que há mais, só que não é diagnosticada, mas demonstra ser através dos seus comportamentos. É muito difícil a interação deles, pois não são fáceis de aceitar qualquer atividade, não gostam de segurar lápis, nem pintura, então gosto de trabalhar com o visual, audição, para que ele escute e se concentre ao que está sendo ensinado, ensino a rotina com imagens, mostro para que observe, mostro letras, números, cores, utilizando recursos pedagógicos, mas é muito difícil a interação, logo se dispersa. Eu tenho muita ajuda da cuidadora da sala, mas é a rejeição dele que afeta na participação das atividades.” (FLORISBELA, 2024- Trecho da entrevista)

“Busco sempre inserir meus alunos autistas, tenho um que é não verbal que acaba dispersando bastante na interação das atividades, mas ele demonstra empolgação ao ver os recursos que levo para trabalhar em sala de aula, no entanto ele não consegue realizar por total controle o uso dos recursos, acaba que logo fica agitado e quer andar pela sala, já o aluno autista verbal consegue realizar as atividades com orientação, o que ficamos felizes pois acreditamos que logo irá ter o avanço. Gosto sempre de inseri-los na rotina, sentando perto dos colegas para que ele tenha a experiência da socialização e se sinta incluído na sala, colocando-os para participar de apresentações, como por exemplo no são João foi lindo de ver eles na frente com tamanha empolgação.” (DORALICE, 2024-Trecho da entrevista)

Percebemos que nos discursos as professoras destacam que incluem seus estudantes autistas em atividades, o que é de suma importância para que aconteça a inclusão, concordando com os autores Rodrigues (2003) e Silva (2009) que defendem que os alunos devem se sentirem presentes, inclusos, mas no entanto vemos o relato que não existe somente uma criança com TEA, como também mais educandos e com níveis de suporte diferentes, apresentando diversas características, o que acaba ocasionando dificuldade nas propostas de atividades, sendo preciso que o educador esteja se reinventando para atender as necessidades dos discentes ao mesmo tempo incluí-los na sala de aula.

Destacamos a fala de **Florisbela**, quando diz “[...] gosto de trabalhar com o visual, audição, para que ele escute e se concentre ao que está sendo ensinado, ensino a rotina com imagens, mostro para que observe, mostro letras, números, cores, utilizando recursos pedagógicos”, é de suma importância saber que esta estratégia é uma das mais recomendadas a ser utilizada, pois segundo Santos (2008) as crianças autistas demonstram aprenderem e entenderem melhor vendo do que ouvindo, então se faz interessante expor estes recursos ao máximo para estimulá-los, além de ser importante que seja contínuo para que consiga de fato aprender.

Desta forma, vemos que mesmo que a preceptora em seu conhecimento não saiba dessa teoria, a sua experiência em adequar estratégias faz com que seus estudantes autistas sejam estimulados de alguma forma diariamente, ou seja, sua experiência em sala de aula faz com que se pense em metodologias que facilitam a aprendizagem do aprendiz, apesar de suas diversidades.

Na fala da professora **Doralice**, quando diz “[...] Gosto sempre de inseri-los na rotina, sentando perto dos colegas para que ele tenha a experiência da socialização e se sinta incluído na sala, colocando-os para participar de apresentações, como por exemplo no são João foi

lindo de ver eles na frente com tamanha empolgação.” notamos o quanto a instiga em fazer com que seu aluno se sinta incluso, que se apresente como capaz, assim como defende o autor Strieder (2012) que é importante oportunizar vivências, valorizar as diferenças, acreditando na diversidade.

Concomitante, sabemos que em escolas públicas o número de alunos é excedente, e todos possuem suas singularidades, desta forma professores deixam de buscar formas de inserir especificamente esses alunos com TEA, usando métodos e estratégias tradicionais que acabam não sendo úteis para essas crianças, no entanto, através dos relatos, notamos que ainda existem professores que buscam aprimoramento e estratégias com recursos para tentar haver resultados positivos na aprendizagem dessas crianças, além de inseri-los em apresentações destacando a importância da inclusão.

A isto, o autor Fumegalli (2012) ressalta, é preciso que os professores reflitam sobre as mudanças que mexam com seus valores, convicções, com a prática profissional, pois sair do que estava habituado é muito desestabilizante. Ou seja, estas mudanças exigem essas reflexões, pois não podemos continuar no mesmo ritmo, se o mundo está em outro.

Ao pensar nas mudanças educacionais, principalmente no que se refere à inclusão de crianças autistas, devemos pensar em como acontece os trabalhos para acontecer a inserção em sala de aula, pois sabemos que há grande cobrança das políticas públicas e da sociedade referente a escola sobre este assunto, assim como também sabemos que a instituição escolar tem um papel fundamental na vida das pessoas com deficiência, pois é onde ocorre de se pensar nas estratégias para que estes alunos consigam serem incluídos e consigam desenvolver capacidades de integrar e interagir com as demais crianças.

Assim sendo, ao perguntarmos às professoras: **Você acredita que enquanto professora, está promovendo a inclusão de alunos autistas em sala de aula? O que você pensa do espaço escolar para que aconteça a inclusão?** Obtivemos as seguintes respostas:

“Acredito que no meu dia a dia tento o máximo que consigo através dos meus recursos, estratégias, que mesmo que não seja todos os dias um sucesso na sala, acredito que semeio algo na vida dessas crianças. Acho que para que aconteça a inclusão na escola é preciso se pensar na estrutura, nas disponibilidades de recursos variados, que estejam ao nosso alcance quando necessário, e que não se venha somente a cobrança do trabalho do professor, mas que toda a escola trabalhe junta.” (FLORISBELA, 2024- Trecho da entrevista)

“Sim, eu todos os dias me faço presente na rotina dos meus alunos, procuro sempre estar os observando, conhecendo e inserindo nas atividades, trazendo diversidades de atividades que instiguem a participar, a se sentirem incluídos, atendendo as necessidades deles. Acredito que para que melhore o espaço escolar, seja inserido um acompanhamento para os alunos autistas, que atendam semanalmente as necessidades individuais, além de ter apoio da escola e das famílias, para que o trabalho se torne grandioso.” (DORALICE, 2024- Trecho da entrevista)

Além de se pensar nos professores, há de se discutir também a importância dos recursos financeiros destinados a recursos pedagógicos, formações continuadas e estruturas físicas adequadas para ajudar ainda mais na qualidade de ensino, pois não há resultados na escola somente com o trabalho do professor, mas com a contribuição de todos os envolvidos, e assim será possível uma escola capaz de oferecer suporte para o ensino a todos. Na fala das duas professoras isto é ressaltado, que não se deve somente vir cobrança para o professor, mas

também de todos os abrangidos, pois o trabalho não se faz sozinho, além de acreditarem que os recursos pedagógicos são essenciais o apoio também é sublime.

Corroborando, o autor Fumegalli (2008) argumenta que a estrutura da escola é uma grande dificuldade, apesar de que nas políticas públicas há avanços, as escolas ainda carecem de recursos físicos, financeiros, e de profissionais especializados. Então, o cenário apresenta esses desafios para se ter efetivado a inclusão, além de serem um dos pontos mais debatidos pelos professores. A autora Kassar (2011) também deixa claro que é perceptível os desafios de uma política de educação inclusiva, pois os recursos são escassos. Nessa direção, o docente se vê frente a um paradoxo ao qual é cobrado o desenvolvimento de trabalho inclusivo, mas que não disponibiliza materiais suficientes para educação de qualidade.

Adentrando então a respeito da base para que aconteça o processo de inclusão, há que se ter o apoio essencial também da família, desta forma, questionamos as professoras: **Como é a sua comunicação com a família das crianças autistas da sua sala? Existe a colaboração e participação na vida escolar dos filhos? Você costuma trabalhar em conjunto com os profissionais que atendem seus alunos autistas? Caso sim, nos fale como essa colaboração acontece.** Nos responderam da seguinte forma:

“Os pais do meu aluno não são de muita abertura, o que dificulta compreender melhor os comportamentos da criança, saber de seus gostos, porque tenho que observar diariamente, aprender aos poucos, e com a contribuição da família seria muito melhor, para estudar estratégias que ajudem a contribuir na aprendizagem. Assim como a família, não tenho contato com os profissionais que fazem o acompanhamento com a criança, então sinto falta de apoio desses dois lados, porque poderia contribuir significativamente na nossa rotina em sala de aula. E enquanto a outra criança, os pais não a reconhecem como autista, nem procuram investigar, então faço o que está ao meu alcance para atender as necessidades dela.” (FLORISBELA, 2024- Trecho da entrevista)

“Os pais dos meus autistas são presentes, todos os dias vem deixar na porta da sala, conversam um pouco, estão presentes nas apresentações, falam dos avanços, que estão em acompanhamento, o que tenho dúvida pergunto e sempre são solícitos. Mas a respeito dos profissionais que os acompanham, não tenho contato, não me informam ou enviam relatórios sobre eles, o que resta conhecer e investigar as melhores formas de trabalhar.” (DORALICE, 2024- Trecho da entrevista)

Diante disso, refletimos para que se tenha progresso na inclusão e no ensino, é essencial a participação da família, os autores Aguiar e Nunes (2024) respaldam o quanto é importante a interação dos docentes com a família, deixando claro que esse vínculo de companheirismo e solidariedade facilita no trabalho do professor, apesar de ser um desafio para todos, é preciso que se tenha essa presença na vida escolar da criança, assim como profissionais da escola possam não terem o conhecimento do assunto, os familiares também desconhecem, então um poderão contribuir com o outro, fazendo trocas de experiências, dialogando, sendo o suporte um do outro.

Através da fala da professora **Florisbela** notamos que não há troca de diálogo, suporte, dos pais para com o ensino, sendo difícil para ela em se pensar na educação da criança, por não conhecer profundamente os gostos, compartilhar seus avanços ou desafios, conversar sobre as experiências em casa, tendo em vista que seria uma forma de pensar em novas estratégias para usar em sala de aula, isto discordando do pensamento dos autores Aguiar e Nunes (2024)

quando dizem que a partir da troca de interação entre professores e família, há conhecimento sobre o aluno, o que contribui para formação de novas ideias de como manejar com a criança, e dessa forma vai surgindo a motivação no trabalho, o tornando eficaz para almejar os objetivos na aprendizagem. Portanto, quando a família participa, os filhos podem ter maiores rendimentos, e essa parceria acaba sendo um importante recurso para melhoria na aprendizagem.

Vimos que diferente de **Florisbela**, a professora **Doralice** possui contato com os pais, quando diz “[...] *estão presentes nas apresentações, falam dos avanços, que estão em acompanhamento, o que tenho dúvida pergunto e sempre são solícitos.*” é deixado claro que é viável a contribuição dos pais na vida escolar de seus filhos, pois a afetividade, participação é uma chave que abre muitas portas para o sucesso, então ambos estão positivamente fazendo valer o papel de família, dando suporte para o professor, que no qual necessita de ajuda para entender melhor a criança e se pensar em ofertar as melhores estratégias para que as crianças possam evoluir significativamente.

Além das famílias e estratégias para contribuir no suporte do ensino de crianças autistas, vale ressaltar que é preciso apoio escolar, portanto, perguntamos para as professoras: **A escola oferece apoio de auxiliares, recursos pedagógicos e formações continuadas voltadas para o ensino de crianças autistas?** As seguintes respostas foram:

“A escola dispõe de uma cuidadora a cada criança com diagnóstico de autismo, para dar suporte, ajudá-los em suas atividades pessoais, nas atividades da sala, ou seja, está diariamente voltado a atender as necessidades deles. Além disso, temos uma auxiliar e uma monitora, que ajudam aos demais da turma. Então eu acho uma grande base para nós, porque nossas turmas são numerosas e as especificidades são muitas, e então com essa ajuda a gente consegue de certa forma atender a todos, e não deixar a desejar no ensino, porém é como já disse, passamos poucas horas com as crianças, então os pais conhecem muito mais os seus filhos, se houvesse a troca de informações seria ainda melhor para desenvolver atividades, mas só esperam que a escola faça o trabalho.” (FLORISBELA, 2024- Trecho da entrevista)

“O que acho de muita importância para nós que a escola oferece é o apoio de cuidadores para as crianças autistas, a gente consegue trabalhar juntos e atender a todos, o que seria muito difícil caso fosse eu sozinha, pois a turma é grande e atender a diversidade não é fácil, precisa de muita atenção.” (FLORISBELA, 2024- Trecho da entrevista)

Diante das respostas, vemos que há interesse por parte da escola em dar o suporte pedagógico para as educadoras e aprendizes, fazendo com que o trabalho seja favorável e ocorra um melhor aproveitamento do ensino, pois sabemos que as turmas numerosas e com diversidades exige apoio, paciência e experiência. Acreditamos que se todas as escolas tivessem essa base de apoio, conhecimento, formação suficiente haveria maiores probabilidades de uma efetivação de inclusão nas escolas, onde o sucesso seria mais evidente.

De acordo com a lei nº 12.764 em seu art. 3º no parágrafo único, garante que em casos que sejam comprovados a necessidade de apoio à pessoa autista incluídas em sala de aula regular, estes terão direito de acompanhamento especializado, ou seja, diante da realidade das professoras, a escola faz jus a legislação, respaldando as crianças que possuem necessidades de suporte, para que não aconteça a exclusão em sala de aula. Mas, vale lembrar que não são todas as escolas que oferecem esse apoio, sabemos que as realidades são diferentes, e que até mesmo

há somente o professor para que atenda a todos.

Através das falas das professoras, destacamos o quanto são gratas por terem esse suporte, pois acreditam que com isso conseguem avançar em atividades com os alunos, em conseguir atender a todos, como destaca Santos (2008) é preciso atender todas as vezes que a criança autista solicitar, e tentar dialogar e haver interação, porque são momentos como esse que irá trazer progresso nas habilidades da criança. Quando a criança que não é assistida pode ocasionar a desmotivação no processo escolar, sabe-se que os resultados são extremamente positivos com suporte da família.

Adiante, se referindo a recursos e formação continuadas, as professoras destacaram:

“A escola muito contribui para o nosso fortalecimento no ensino, além do suporte com as meninas, ainda nos oferece formações muito necessárias para nosso conhecimento, estamos agora recebendo formações mensais, de conteúdos referentes a vários tipos de deficiências, inclusive sobre o autismo, o que nos ajuda a conhecer ainda mais a características e a de como usar recursos e estratégias para nossos alunos, e nessas formações somos instigados a construir recursos para usarmos de acordo com as necessidades. Durante todo esse tempo de experiência não conhecia a fundo sobre o autismo, e a cada formação são novos aprendizados. Na escola temos poucos recursos, a não ser que a gente confeccione usando materiais recicláveis, e a escola nos ajude com impressões ou materiais para isso.” (FLORISBELA, 2024- Trecho da entrevista)

“Sim, a escola como um todo contribui para nosso dia a dia com as crianças, recebemos formações de extrema importância para entender as diversidades, a aprendermos a conhecer nossos alunos, a saber como pensar neles, em construir estratégias que atendam a todos sem exclusão. São muitas novidades trazidas para nós, adoro quando nos ensinam a confeccionar e aprender a utilizar recursos diferentes, e que irão ajudar no processo de ensino das crianças. Eu como sou recente na atuação, me fascino a cada instante com as possibilidades de confeccionar, de se pensar no outro, fico encantada. A escola dispõe de alguns materiais, mas são poucos, não são suficientes para atender a todos, então a gente tem que procurar meios de fazer para nós usarmos, pensando justamente em atender o aluno.” (DORALICE, 2024- Trecho da entrevista)

As professoras, durante suas respostas, esclarecem que há formações continuadas a respeito da inclusão de crianças autistas, e que a partir delas são instigadas a pensar nos recursos para se trabalhar em sala de aula, esses que poderão facilitar no processo de aprendizagem. Além disso, destacam que as preparações estão contribuindo por trazer novidades de algo que não conheciam, e que agora convivem diariamente, o que vale portanto ressaltar a importância da formação continuada para os professores, como o autor Libâneo (2005) discorre que, a formação continuada possibilita que o professor mude sua prática docente, e ainda ajuda a tomarem consciência das dificuldades, elaborando possíveis formas de enfrentá-las.

Por conseguinte, é perceptível que a escola tenta inovar e incluir seus alunos, ambas não é a totalmente perfeita, mas possui a iniciativa de fazer acontecer, pois segundo o autor Fumegalli (2012) as escolas passam por desafios provocados pela inovação, incluindo a formação dos professores, e é através da inovação que acontece a reestruturação das condições da maioria das escolas, e a inclusão decorre dos processos significativos, justamente pela

adequação das práticas pedagógicas.

A instituição em um todo é desafiada, pelas falas das docentes acima a respeito dos recursos pedagógicos é notável o interesse em inovar, construir, adequar os recursos para os seus alunos, e isto é plausível, pois de acordo ainda com o autor, a maneira tradicional de ensinar faz com que impeça alunos e professores de apreciarem as diferenças e de reconhecer as possibilidades de aprendizagem. Então é interessante que o mediador inove, saia do comodismo, e encare a proposta de um ensino acolhedor, com propostas que estimulem os alunos.

Segundo a autora Mantoan (1998) o ambiente escolar só será transformado verdadeiramente se o aluno tiver a oportunidade de aprender, mas de forma que seja respeitada as suas diferenças, peculiaridades, interesses, assim como também seu ritmo e condições. Então, quanto mais reconhecido a importância do uso dos recursos, maiores as chances de serem utilizados em sala de aula para com esses alunos.

Para não menos importante, é preciso saber o que os professores acreditam que possa trazer de melhora para o ensino, e de fato acontecer a inclusão. Por isso, questionamos as professoras da seguinte maneira: **O que você acredita que poderia ser melhorado no sistema educacional para haver maior apoio no ensino voltado para inclusão dessas crianças?** As respostas foram:

“Há muito o que se pensar em fazer para melhorar a educação, porque se a lei de fato fosse efetiva, não haveria dificuldades de recursos pedagógicos, financeiros, se o investimento acontecesse as chances seriam grandes para ter a inclusão nas escolas. Então acho que falando de uma maneira geral, todas as escolas deveriam ter esse suporte de pessoas para auxiliar as crianças autistas, ou também com outras necessidades, pois é de grande contribuição, além disso, disponibilizarem materiais suficientes para atender nas aulas, mesmo que seja preciso a confecção, mas que tivesse isso.” (FLORISBELA, 2024- Trecho da entrevista)

“O sistema da educação ainda é muito falho, em alguns cantos as leis funcionam em outros lugares não, se tudo fosse feito como deveria ser, não haveriam tantos desafios para os professores. Por exemplo, ter que tirar do próprio bolso recursos pedagógicos, algo que deveria ter sobrando nas escolas, de serem de fácil acesso, termos um ambiente acolhedor faz diferença. Outra coisa seria continuar tendo formações para os professores, mas também que houvesse a participação da família, para que compreendam os papéis de cada um. Enfim, é muito lindo a teoria, mas a prática é muita ralação, a gente precisa de muitos motivos para continuar exercendo nossa profissão que não é nada fácil.” (DORALICE, 2024- Trecho da entrevista)

Ao analisarmos as respostas de ambas educadoras, percebemos angústia pela ausência de recursos, sendo preciso que invistam de forma pessoal para que se tenha o uso com as crianças, por terem a consciência de que se trabalhando com recursos pedagógicos há maiores chances de conseguirem o sucesso na aprendizagem. Ainda seguindo, com o uso da palavra de **Doralice** “[...] o sistema da educação ainda é muito falho...” destacamos que o sistema educacional muito exige dos profissionais da educação, mas não dispõem do que é preciso e suficiente para que o trabalho seja realizado de forma positiva.

Segundo o autor Kassir (2011) o sistema educacional é o que garante acesso ao estabelecimento de ensino, garantindo a matrícula e a permanência na escola, que seja oferecido

atendimento especializado. Neste sentido, as escolas devem receber esse apoio, seja de forma física ou material, por isso, há muito o que se lutar por essas conquistas.

Então faz saber que para alcançar esses objetivos postos na legislação requer mudança das instituições governamentais, dos âmbitos políticos e sociais, fazendo com que o apontamento da responsabilidade da educação não seja somente da escola e dos professores, mas de todos.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

Com base nas leituras, reflexões e análises, sabe-se que o docente enfrenta vários desafios para promover a inclusão de crianças autistas em sala de aula, grande parte desses entraves circulam em torno de como e quais estratégias e metodologias usar. A TEA é assunto ainda pouco discutido no âmbito educacional e os mecanismos de ensino e aprendizagem com foco nas especificidades dos alunos que apresentam a TEA ainda não são dominados pela grande maioria dos docentes.

Diante do estudo realizado podemos afirmar que alcançamos os objetivos propostos ao qual discutimos as vivências de professoras inseridas na Educação Infantil do município de Jaguaribara-Ceará no uso de estratégias com alunos autistas para promoção de inclusão significativa. As docentes foram entrevistadas e em seus relatos constatou-se o comprometimento com o ensino, uma vez que as mesmas são as responsáveis pela elaboração de recursos pedagógicos com vista a suprir as necessidades dos alunos, atrelado a isso, fazem uso de metodologias integrativas que insere todos no momento das atividades. Além dos desafios já mencionados, sente-se dificuldade também no estabelecimento de um diálogo mais afimco com a família sobre as especificidades das crianças que apresentam a TEA. Em contrapartida, é perceptível a preocupação da escola para com o suporte pedagógico a criança autista de forma a contribuir no desenvolvimento das atividades realizadas em sala de aula, como também, o interesse na oferta de cursos básicos de formação continuada generalista, sendo necessário que houvesse cursos mais específicos para atendimento a TEA.

As professoras deixam claro que as estratégias que mais se inserem em suas aulas são aquelas que envolvem aspectos visuais, pois são os que conseguem atrair e estimular mais as crianças autistas.

Considera-se que seja necessário o estabelecimento de parceria entre a escola e família no intuito de aproximar e coletar informações importantes que auxiliem no fazer pedagógico das docentes. Entendemos que seria pertinente que responsáveis pelas crianças autistas participassem de momentos formativos para obterem conhecimento sobre o assunto. É preciso também ampliação dos materiais didáticos para corroborar no ensino e aprendizagem em sala de aula.

Por fim, salientamos que este estudo não almeja esgotar as discussões, mas almejamos contribuir com os professores que trabalham com alunos com TEA no intuito de mobilizar e aprofundar os debates sobre o uso de estratégias de ensino e aprendizagem.

REFERÊNCIAS

AGUIAR, L. O. V. NUNES, F. A. **Inclusão de alunos autistas na escola pública.** Studies in Education Sciences, Curitiba, V. 5, n. 2, p. 01- 12, 2024.

BRASIL. **Constituição da República Federativa do Brasil**. Brasília, 1988.

BRASIL. **Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional**, LDB. 9394/1996.

BRASIL. **Política Nacional de Educação Especial na Perspectiva da Educação Inclusiva**. Brasília. MEC/SEESP, 2008.

BRASIL. **Lei Federal n. 8069, de 13 de julho de 1990. Estatuto da Criança e do Adolescente**.

BRASIL. **Lei nº 12.764 de 27 de Dezembro de 2012. Política Nacional de Proteção dos Direitos da Pessoa com Transtornos do Espectro Autista**. Presidência da República, Casa Civil.

BRASIL. **Lei nº 13. 977, de 08 de janeiro de 2020. Altera a Lei nº 12.764, de dezembro, de 2012 (Lei Berenice Piana), e a Lei nº 9.265, de 12 de fevereiro de 1996, para instituir a carteira de Identificação Da Pessoa com Transtorno Do Espectro Autista (ciptea), e dá outras Providências**. Diário Oficial da União, nº 6, 9 de Janeiro de 2020. Seção 1. P.99-1.

CAMARGO, S. P. H., & Bosa, C. A. (2009). **Competência social, inclusão escolar e autismo: Revisão crítica da literatura**. Psicologia e Sociedade, 21(1), 65-74

COELHO, M.; SANTO, A. E. **Necessidades Educativas Especiais de Caráter Permanente/Prolongado no Contexto da Escola Inclusiva**. Ourique, Castro Verde, 2006.

FARIA, M. E. V. de, & Borba, M. G. de S. (2024). **AUTISMO: SINAIS, NÍVEIS DE SUPORTE E DIAGNÓSTICO-UMA REVISÃO SISTEMÁTICA DE ESTUDOS RECENTES**. *Revista Ibero-Americana De Humanidades, Ciências E Educação*, 10(6), 4100–4112. <https://doi.org/10.51891/rease.v10i6.14706>.

FUMEGALLI, R. de C. A. **Inclusão escolar: o desafio de uma educação para todos?** Ijuí, 2012.

FREIRE, Paulo. **Professora sim, tia não: cartas a quem ousa ensinar**. São Paulo: Olho d'Água, 1997.

GIL, A. C. **Métodos e técnicas de pesquisa social**. 6. ed. São Paulo: Atlas, 2008.

GIL, Antonio Carlos. **Como elaborar projetos de pesquisa**. São Paulo: Atlas, 1991.

KASSAR, M. C. M. **Educação especial na perspectiva de educação inclusiva: desafios da implantação de uma política nacional**. *Educar em Revista*, Editora UFPR, Curitiba, Brasil, n.41, p.61-79, jul./set. 2011.

LIBÂNEO, J. C. **Pedagogia e pedagogos, para quê?**. São Paulo: Cortez, 2005.

LÖSCH, S.; RAMBO, C. A.; FERREIRA, J. de L. **A pesquisa exploratória na abordagem qualitativa em educação**. *Revista Ibero-Americana de Estudos em Educação*, Araraquara, v. 18, n. 00, e023141, 2023. e-ISSN: 1982-5587. DOI:

<https://doi.org/10.21723/riaee.v18i00.17958>

MANTOAN, M. T. E. **Compreendendo a deficiência mental: novos caminhos educacionais**. São Paulo: Scipione, 1998.

MENDES, E. G. **A Radicalização do Debate sobre Inclusão Escolar no Brasil**. In: Revista Brasileira de Educação, v. 11, n. 3, p. 387- 40, 2006.

MINAYO, M. C. S. **Técnicas de pesquisa: entrevista como técnica privilegiada de comunicação**. In: _____. **O desafio do conhecimento: pesquisa qualitativa em saúde**. 12. ed. São Paulo: Hucitec, 2010. p. 261- 297.

ONU. Organização das Nações Unidas. (1948). **Declaração Universal dos Direitos Humanos**. Paris.

OLIVEIRA, K. G.; SERTIÉ, A. L. **Transtornos do espectro autista: um guia atualizado para aconselhamento genético**. Einstein, 15(2): 233-8, 2017.

PAULA, Ana Rita de. COSTA, Carmem Martini. **A hora e a vez da família em uma sociedade inclusiva**. Brasília: Ministério da Educação, Secretaria de Educação Especial, 2007.

SANTOS, T. P.; REIS, M. B. F. **A educação especial: da segregação a inclusão?**. UEG, Câmpus Inhumas, 2015.

SANTOS, A. M. T. **Autismo: um desafio na alfabetização e no convívio escolar**. São Paulo: CRDA, 2008.

STRIEDER, Roque, ZIMMERMANN, Rose Laura(Org). **A educação ainda em processo de construção**. Florianópolis: DIOESC, 2012. 176p.

UNESCO & MEC- Espanha (1994). **Declaração de Salamanca e Linha de Ação: sobre necessidades educacionais especiais**. Brasília: CORDE. 1.

VARGAS, R. M. **Autismo e síndrome de Asperger**. In SAMPAIO, S.; FREITAS, I. B. **Transtornos e dificuldades de aprendizagem**. Rio de Janeiro: Wak Editora, 2011.